REGULAMENTO INTERNO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IJUÍ – CIPREVI

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO E DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ijuí, criado pela Lei Nº 5.786 de 18 Julho de 2013, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ijuí e dá outras providências.

§ 1º Fica o Comitê de Investimentos referido no caput do art. denominado CIPREVI.

§ 2º O Comitê de Investimentos rege-se pelo presente Regulamento Interno, observadas as disposições fixadas em Lei.

Art. 2º O Comitê de Investimentos é constituído pela seguinte representatividade:

I - 02 (um) servidores segurados do RPPS, indicados pelo Poder Executivo;

II - 01 (um) servidor segurado do RPPS, indicado pelo Conselho de Administração do PREVIJUÍ, e

III - 01 (um) servidor segurado do RPPS, pertencente ao quadro efetivo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ijuí – PREVIJUÍ, indicado pela Diretoria Executiva do Instituto;

§ 1º Os membros do Comitê serão indicados para um período de 03 (três) anos ininterruptos ou intercalados, permitida uma recondução imediatamente após o primeiro período, devendo haver um intervalo de 03 (três) anos para um novo período e a respectiva recondução;

§ 2º Os servidores indicados para compor o Comitê de Investimentos, deverão ser escolhidos sempre que possível, dentre os segurados com formação em qualquer curso superior, com reconhecida capacidade e experiência comprovada, preferencialmente em uma das seguintes áreas: seguridade social, administração, economia, contabilidade, engenharia, direito e gestão pública;

§ 3º Os Membros do Comitê de Investimentos não serão destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano, ou em caso de falecimento.

§ 4º A Presidência do Conselho de Administração será exercida por um dos seus Membros, escolhido pelo conjunto dos Membros no primeiro mês de posse dos mesmos, para um mandato de um ano, permitida a recondução, uma vez, por igual período.

§ 5º Ficando vaga a Presidência do Comitê de Investimentos, será realizada nova eleição para o preenchimento da função, após indicação de novo membro.

§ 6º No caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Comitê de Investimentos, este será substituído por outro servidor, indicado pelo Prefeito Municipal.

§ 7º No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Comitê de Investimentos, este será substituído por outro servidor, indicado pelo Prefeito Municipal.

§ 8º Perderá o mandato o membro do Comitê de Investimentos que deixar de comparecer a 03 (três) sessões consecutivas ou a 04 (quatro) alternadas, sem motivo justificado;

§ 9º Os membros do Comitê de Investimentos que não tenham participação de nenhum Curso de Certificação deverão fazê-lo no prazo máximo de dez (10) meses a contar da designação.

Art. 3º Ocorrerá vacância no Comitê de Investimentos, além do disposto no § 8º do art. 2º do presente Regulamento, nas seguintes situações:

- I - perda de mandato por infração a este regulamento;
- II - desligamento do quadro efetivo dos servidores municipais;
- III - impedimento legal;
- IV - renúncia de Membro.

Art. 4º O procedimento a ser adotado nos casos de vacância será o seguinte:

I - nas hipóteses de vacância previstas no § 8º do art. 2º do presente Regulamento, o Comitê comunica imediatamente ao Membro faltoso o desligamento do Comitê e comunica ao Chefe do Poder Executivo, para que proceda a correspondente substituição.

§ 1º Enquanto não for reconhecida a vacância pelo colegiado, o Comitê será considerado em pleno exercício de seu mandato.

§ 2º No caso de licença autorizada pelo Comitê, o membro efetivo do Comitê de Investimentos será substituído por outro servidor, indicado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º São consideradas justificativas para ausência de Conselheiro nas reuniões:

- I - participação em curso, por motivo de trabalho, com a respectiva comprovação;
- II - demais casos previstos no Regime Jurídico dos Servidores;
- III - casos não incluídos nos incisos anteriores serão julgados pelos próprios Membros;

Art. 6º São consideradas abonadas as ausências de Membro nos casos de:

- I - doença própria ou de familiar dependente, devidamente comprovada;
- II - férias anuais do servidor.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, ou extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou por, no mínimo dois (02) de seus membros.

§ 1º A reunião mensal será realizada na terceira quinta-feira de cada mês, sendo que, em caso de feriado, a reunião será postergada para a quinta-feira seguinte;

§ 2º Os Conselheiros serão convocados por escrito para as reuniões extraordinárias pelo Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

§ 3º A pauta das reuniões extraordinárias deverá constar da convocação e somente serão discutidas e apreciadas as matérias da pauta;

§ 4º As reuniões do Comitê de Investimentos, serão instaladas com um quorum mínimo de 03 (três) membros e serão lavradas atas em livro próprio.

§ 5º Aberta a reunião e não havendo o quorum mínimo previsto no parágrafo anterior, o Presidente aguardará a existência de número legal, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, e, findo o prazo, sem que o quorum mínimo se estabeleça, será encerrada a reunião.

§ 6º Na ausência do Presidente, havendo quorum, a reunião será aberta e presidida pelo Secretário.

Art. 8º As reuniões do Comitê, salvo as de caráter extraordinário, compor-se-ão de:

I - Expediente:

- a) leitura e votação da ata da reunião anterior;
- b) avisos, comunicações, apresentação das correspondências recebidas e expedidas, proposições e indicações, e documentos de interesse do plenário;
- c) outros assuntos de caráter geral de interesse do Comitê.

II - Ordem do dia, abrangendo apresentação, discussão e votação dos assuntos em questão.

Art. 9º Iniciado o exame dos assuntos, o Presidente coloca em discussão a matéria, dando a palavra aos membros do Comitê de Investimentos que se inscreverem.

Art. 10º Sempre que o assunto exigir, o Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer Membro, poderá convidar especialista ou pessoa habilitada para prestar informações específicas ou complementares consideradas necessárias ou imprescindíveis à compreensão da matéria em exame.

Art. 11 Após a proposição do assunto, se passará para a fase da discussão, onde cada Membro poderá usar a palavra pelo tempo de 05 (cinco) minutos, prorrogável por mais 05 (cinco).

§ 1º Na fase da discussão será facultado o pedido de vista a qualquer Membro, e após análise e apreciação do processo pelos membros do Comitê, voltará o plenário para ser discutido na primeira reunião ordinária subsequente ou extraordinária convocada para esse fim.

§ 2º Durante a discussão o orador poderá ser aparteado dentro da matéria em debate, quando solicitado e consentido o aparte.

§ 3º Não será permitido aparte ao relatório, ao voto ou à decisão sobre questões de ordem.

Art. 12 Encerrada a discussão, cada Membro proferirá o seu voto, na ordem estabelecida pelo Presidente.

§ 1º A votação será nominal e aberta.

§ 2º As decisões do Comitê de Investimentos serão tomadas por maioria.

§ 3º O voto do Presidente decidirá os casos de empate.

Art. 13 Incumbirá ao PREVIJUI proporcionar ao Comitê de Investimentos os meios necessários ao exercício de suas competências.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA

Art. 14 Compete ao Comitê de Investimentos:

I – eleger seu Presidente;

II – formular as propostas de política anual de investimento dos recursos do RPPS, obedecendo as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CNM, bem como as previstas na legislação do Ministério da Previdência Social;

III – encaminhar a proposta de política anual de investimentos, aos órgãos competentes pela deliberação;

IV – zelar pela execução da programação econômico-financeira dos valores patrimoniais;

V – subsidiar o Conselho de Administração de informações necessárias dos valores patrimoniais;

VI – opinar e sugerir sobre as realocações dos recursos (mudança nas aplicações);

VII – opinar e sugerir sobre as novas aplicações;

VIII – opinar e sugerir sobre os desinvestimentos (resgate para pagamento de benefícios);

IX – analisar os cenários macroeconômicos, observando os possíveis reflexos no patrimônio;

X – propor estratégias de investimentos para um determinado período;

XI – reavaliar as estratégias de investimentos em decorrência de fatos conjunturais relevantes;

XII – fornecer subsídios para a elaboração ou alteração da política de investimentos;

XIII – acompanhar o grau de risco das operações, reportando aos gestores do RPPS e conselhos qualquer situação de risco elevado;

XIV – acompanhar a execução da política de investimentos;

XV – lavrar atas de suas reuniões e,

XVI – elaborar o Regimento Interno do Comitê no prazo de três (03) meses, a contar da designação de seus membros.

SEÇÃO I DAS DELIBERAÇÕES, DAS COMPETÊNCIAS E DOS DEVERES

Art. 15 O Orçamento Anual consignará recursos financeiros necessários ao custeio das

despesas do Comitê de Investimentos, dotado no Órgão PREVIJUÍ, nas rubricas próprias.

Art. 16 Em caso de verificação ou de ser comunicado sobre irregularidades na aplicação dos recursos do PREVIJUÍ, o Comitê de Investimentos comunicará os fatos às seguintes autoridades, para que sejam tomadas as providências necessárias:

- I - Conselho Fiscal e de Administração;
- II - Sistema de Controle Interno;
- III - Prefeito Municipal;
- IV - Ministério Público e/ou Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º Não sendo observados os prazos estabelecidos para o pronunciamento, o Conselho comunicará os fatos às instâncias superiores.

Art. 17 Compete ao Presidente do Comitê de Investimentos:

- I - dirigir e coordenar as atividades do Comitê;
- II - convocar, instalar e presidir as reuniões do Comitê;
- III - designar o seu substituto eventual;
- IV - encaminhar a Política de Investimentos para apreciação dos membros do Conselho de Administração e do Presidente do PREVIJUÍ.
- VI - solicitar as providências e recursos orçamentários necessários ao atendimento dos serviços do Conselho;
- VII - aplicar as sanções previstas neste Regulamento, por deliberação do colegiado;
- VIII - praticar os demais atos atribuídos pela legislação pertinente e por este Regulamento como de sua competência.

Art. 18 Compete ao Secretário do Comitê de Investimentos, o qual será escolhido pelos Conselheiros no primeiro mês da posse dos mesmos, para um mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução, uma vez, por igual período.

- I - secretariar as reuniões do Comitê, garantindo o registro dos debates e votações sobre os temas discutidos, elaborando as respectivas atas;
- II - submeter a despacho e assinatura do Presidente, o expediente e documentos que devam ser por ele assinados;
- III - dar conhecimento de todo o expediente, convocações e documentos de interesse dos membros do Comitê;
- IV - zelar pela documentação do Comitê;
- V - desincumbir-se das tarefas inerentes à função.

Parágrafo Único - No caso de ausência do Secretário, cabe ao Presidente indicar o substituto.

Art. 19 Compete aos membros do Comitê de Investimentos:

- I - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - convocar reunião extraordinária;

III - participar das discussões e votações;

IV - estudar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem distribuídas pelo Presidente do Conselho;

V - sugerir normas e procedimentos para o bom funcionamento do Conselho;

VI - desempenhar outras atribuições atinentes ao Conselho;

Art. 20 São deveres dos Membros, além do cumprimento a este Regulamento, proceder eticamente, manter conduta apropriada e acatar as decisões do colegiado.

Parágrafo Único - É vedado a qualquer dos Membros agir individualmente em nome do Comitê.

SEÇÃO II DAS SANÇÕES

Art. 21 O não cumprimento deste Regulamento por qualquer um dos Membros, acarretará nas seguintes sanções, de acordo com a decisão do colegiado:

I - suspensão por 02 (duas) reuniões, com a conseqüente perda proporcional da gratificação;

II - proibição do acesso às reuniões e documentos do Comitê de Investimentos no período de vigência da suspensão;

III - perda de mandato, em caso de reincidência da infração

CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 O presente Regulamento Interno somente poderá ser alterado pelo Comitê de Investimentos do PREVIJUÍ, em reunião extraordinária, expressamente convocada para esse fim, e por deliberação e aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Parágrafo Único - As alterações aprovadas serão, posteriormente, ratificadas através de Decreto Executivo.

Art. 23 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regulamento Interno serão solucionadas por deliberação do Comitê, em qualquer das reuniões, por maioria de seus membros.

Art. 24 O presente Regulamento Interno entra em vigor na data da publicação do Decreto Executivo.

Ijuí, 19 de setembro de 2013.

Everton Fonseca Didolich
Presidente

Denia Regina Copetti Riger
Membro

Sandro Roberto Cossetin
Secretário

Adriana Karlinski
Membro